

Ofício nº 15/2023 – REDE XINGU+

Brasília, 18 de Abril de 2023.

À Senhora **Joenia Wapichana**

Presidenta da Funai

À Senhora **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**

Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS

À Senhora **Julia de Paiva Pereira Leão**

Coordenadora-Geral de Licenciamento Ambiental - CGLIC

Assunto: Solicita plano de Consulta sobre o licenciamento ambiental da MT-322 e demais providências.

Ref.: 08620.005726/2020-03

Prezados,

A Rede Xingu+, articulação entre organizações de povos indígenas, associações de comunidades tradicionais e instituições da sociedade civil atuantes na bacia do Rio Xingu, vem por meio desta apresentar manifestação e solicitar o que segue.

Conforme se apresenta de forma mais extensa no documento “DESAFIOS DE PROTEÇÃO: Bacia do Rio Xingu”, em anexo, Conforme se apresenta de forma mais extensa no documento “DESAFIOS DE PROTEÇÃO: Bacia do Rio Xingu”, em anexo, o Poder Público e a iniciativa privada têm ampliado investimentos em logística e infraestrutura nas rotas do “Corredor Logístico Xingu-Tapajós”. Dentre esses, o projeto da estrada de ferro Ferrogrão (EF-170), que está sendo novamente considerado prioritário pelo atual Governo Federal, e o projeto de pavimentação de rodovias secundárias, como a rodovia estadual MT-322, que poderá se interligar diretamente a uma estação da Ferrogrão em Matupá/MT, facilitando o transporte de carga entre o nordeste e o norte de Mato Grosso, e está planejada pela Secretaria de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso.

Os impactos socioambientais sinérgicos e cumulativos do conjunto de projetos do Corredor Logístico sobre o desenvolvimento regional e os territórios não estão sendo amparados por políticas públicas integradas. O próprio governo federal anterior reconheceu que o licenciamento ambiental não é capaz de executar todas as ações necessárias à prevenção de impactos negativos sobre os territórios que recebem obras de infraestrutura: "É hora de colocar outros atores do governo no debate, em um passo antes do Licenciamento Ambiental ou paralelo a ele. Temos que reconhecer que isso é novo para todos, nunca debatemos de forma ampla com os povos indígenas como ordenar o território".

Por essas razões, a Rede Xingu+ solicita à presidência da Funai que, em comum acordo com o Ibama, **liderem a pactuação de um Plano de Consulta Livre, Prévia e Informada sobre pavimentação da MT-322** aos povos indígenas do Território Indígena do Xingu (TIX) e da Terra Indígena Capoto Jarina, **antes da emissão dos Termos de Referências para elaboração dos estudos de impacto ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal.**

Sem mais para o momento e confiantes no compromisso desta Autarquia com os Direitos fundamentais dos Povos Indígenas e o respeito ao ordenamento jurídico nacional, pedimos e esperamos deferimento.

Respeitosamente,

Rede Xingu+